

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018/08/14

CÂMARA MUNICIPAL**ATA NÚMERO 24/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 14 DE AGOSTO DE 2018**

Aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das Reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido os Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a vigésima quarta reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um, a qual estava agendada para o dia nove de agosto corrente, e que por falta de quórum se realizou hoje.

O Senhor Presidente da Câmara informou que os Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e Ana Maria Silva Xavier Guerra, por telefone, comunicaram que não comparecem a esta reunião em virtude de se encontrarem ausentes, em férias.

Foi deliberado por unanimidade justificar as faltas dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e Ana Maria Silva Xavier Guerra, à presente reunião.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número vinte e dois da reunião desta Câmara Municipal de vinte e seis de julho findo, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações.

Não havendo assuntos para o período de antes da ordem do dia, e verificando-se que não havia público presente, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - 2º Relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento ajustado - empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017

PONTO 2 - Apoio ao desenvolvimento das modalidades desportivas promovidas pela Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense para a época de 2018/2019 - Proposta

PONTO 3 - Apoio ao desenvolvimento das modalidades desportivas, do Ginásio Clube de Tarouca para a época de 2018/2019 - Proposta

PONTO 4 - Apoio ao desenvolvimento das modalidades desportivas promovidas pela Associação Inter Tarouca para a época de 2018/2019 - Proposta

PONTO 5 - Apoio ao desenvolvimento das modalidades desportivas promovidas pela Associação "SCT - Sport Clube de Tarouca" para a época de 2018/2019 - Proposta

PONTO 6 - Isenção de pagamento de taxas pela emissão das seguintes licenças:

a) Licença especial de ruído para a realização da festa em honra de Sta. Apolónia - Associação Social do Castanheiro do Ouro e Comissão Pró-Capela do Castanheiro do Ouro;

b) Licença especial de ruído para a realização da festa do Emigrante e em honra de S. Tiago - Associação de Moradores de Arguedeira;

c) Licença especial de ruído para a realização do Festival "Danças do Mundo - Internacional Folk Dance Festival Vale do Varosa" - Associação Recreativa e Cultural de Dálvares "Flor do Sabugueiro".

PONTO 7 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesses para o Município no período de 21.07.2018 a 06.08.2018 -Informação

PONTO 8 - Fatura de consumo de água em nome de Arminda de Jesus Almeida, residente em Vila Chã do Monte - emissão de nota de crédito - ratificação do despacho do Sr. Vice-Presidente

PONTO 9 - Aquisição de 3 prédios rústicos destinados à construção da Zona Ribeirinha de Tarouca (parcelas n.ºs 7, 6 e 6-A e 31) - Proposta

PONTO 10 - Contrato para a emissão de garantia bancária a celebrar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, CRL - ratificação do despacho

PONTO 11 -Resumo diário da tesouraria

PONTO 12 - Processo de obras n.º 26/2018, em nome de Dionísio Fernando Jesus Libânio, para alteração/ampliação de um edifício de habitação, no lugar de Eira Queimada - Gouveães

PONTO 13 - Contrato promessa de regularização de dívidas entre o Município e a sociedade "Águas do Norte, SA"

PONTO 1 - 2º RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO AJUSTADO - EMPRÉSTIMO DESTINADO A SANEAMENTO FINANCEIRO NO MONTANTE DE € 5.136.622,73, CONTRATADO EM 24.04.2017

Presente o segundo relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Ajustado, relativo ao empréstimo a longo prazo (operação de substituição de dívida ao abrigo do artigo 81º da Lei do Orçamento do Estado para 2017) destinado a saneamento financeiro, no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017, respeitante ao período de um de janeiro até trinta de junho de dois mil e dezoito.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que genericamente o relatório demonstra que tem cumprido o estipulado, continuando sem excesso de dívida.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018/08/14

CÂMARA MUNICIPAL

Informou ainda que o acréscimo de dívida registado tem a ver com a utilização do empréstimo de curto prazo e com pagamentos previstos para o primeiro semestre que serão efetuados no segundo semestre.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o segundo relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Ajustado, relativo ao empréstimo a longo prazo (operação de substituição de dívida ao abrigo do artigo 81º da Lei do Orçamento do Estado para 2017) destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017 com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, e com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, CRL, respeitante ao período de um de janeiro até trinta de junho de dois mil e dezoito, e remeter o mesmo à Assembleia Municipal, para apreciação na próxima sessão, bem como aos membros do Governo competentes e à Direção-Geral das Autarquias Locais.

Esta deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MODALIDADES DESPORTIVAS PROMOVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA TAROUQUENSE PARA A ÉPOCA DE 2018/2019 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MODALIDADES DESPORTIVAS PROMOVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA TAROUQUENSE PARA A ÉPOCA DE 2018/2019

Proposta

Considerando:

a) o princípio da colaboração entre as autarquias locais e as associações desportivas na promoção do desenvolvimento da atividade física e do desporto (art. 5º, nº 2 da Lei nº 5/2007, de 16/01);

b) as atribuições do Município na área do desporto (alínea d) do nº 2 do art. 7º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09), no âmbito das quais a Câmara Municipal tem vindo a apoiar as associações desportivas locais, no pressuposto de que a sua atividade é indispensável à promoção da prática desportiva e da ocupação dos tempos livres, em especial dos mais jovens;

c) a necessidade de otimizar a utilização das infraestruturas desportivas espalhadas por todo o Concelho, de modo a garantir o acesso da população em geral à prática de atividade física e desportiva;

d) o mérito da atividade desportiva que tem vindo a ser desenvolvida pela Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense, a qual, nomeadamente na última época desportiva, foi campeã distrital da zona Norte, subindo à Divisão de Honra;

e) que, de acordo com o respetivo relatório de atividades, se propõe dar continuidade na próxima época

desportiva às atividades anteriormente desenvolvidas, com a equipa de futebol de seniores (participará no campeonato distrital da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Viseu):

Proponho que, no uso da competência prevista na alínea na alínea p) do n° 1 do art. 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, esta Câmara Municipal continue a apoiar as atividades desportivas desenvolvidas pela Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense, na época desportiva de 2018/2019, por serem de interesse municipal e, para esse efeito:

1° atribuir-lhe um subsídio no montante total de € **30.000,00 (trinta mil euros)**, a pagar em **dez prestações**, no valor unitário de € **3.000,00** (dois mil e quinhentos euros), entre 1 de agosto de 2018 e 31 de maio de 2019;

2° facultar-lhe o transporte, em viatura municipal ou de entidade externa, da equipa de futebol e elementos de apoio para participação nas provas desportivas agendadas, de acordo com critérios de economia, eficácia e eficiência;

3° conceder-lhe isenção do pagamento da taxa prevista no artigo 84°, n°4 da Tabela de Taxas (utilização do Complexo Desportivo Municipal), ao abrigo da alínea a) do n°2 do artigo 5° do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, publicado no D.R., 2ª série, n°135, de 14.07.2010, com a alteração publicitada por edital n° 272/2012, no D.R., 2ª série, n° 53, de 14.03.2012.

O subsídio será pago mensalmente, em prestações de igual valor, mediante a apresentação de relatório, contendo a indicação das atividades desenvolvidas, despesas efetuadas e receitas obtidas.

Mais proponho a aprovação da minuta do respetivo contrato-programa que se anexa.

Tarouca, 1 de agosto de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

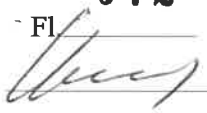
O Senhor Presidente da Câmara informou que propõe um ajustamento ao valor do subsídio mensal, a pedido da Associação, uma vez que subiram de Divisão, o que foi bom e porque também têm jogadores do Concelho.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, continuar a apoiar as atividades desportivas desenvolvidas pela Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense, na época desportiva de 2018/2019, por serem de interesse municipal e, para esse efeito:

1° atribuir-lhe um subsídio no montante total de € **30.000,00 (trinta mil euros)**, a pagar em **dez prestações**, no valor unitário de € **3.000,00** (três mil euros), entre 1 de agosto de 2018 e 31 de maio de 2019;

2° facultar-lhe o transporte, em viatura municipal ou de entidade externa, da equipa de futebol e elementos de apoio



072
Fl. 

MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018/08/14

CÂMARA MUNICIPAL

para participação nas provas desportivas agendadas, de acordo com critérios de economia, eficácia e eficiência;

3º conceder-lhe isenção do pagamento da taxa prevista no artigo 84º, nº4 da Tabela de Taxas (utilização do Complexo Desportivo Municipal), ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 5º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, publicado no D.R., 2ª série, nº135, de 14.07.2010, com a alteração publicitada por edital nº 272/2012, no D.R., 2ª série, nº 53, de 14.03.2012.

O subsídio será pago mensalmente, em prestações de igual valor, mediante a apresentação de relatório, contendo a indicação das atividades desenvolvidas, despesas efetuadas e receitas obtidas.

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar a minuta do respetivo contrato-programa que se anexa.

PONTO 3 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MODALIDADES DESPORTIVAS, DO GINÁSIO CLUBE DE TAROUCA PARA A ÉPOCA DE 2018/2019 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS (MODALIDADE DE ANDEBOL) DO GINÁSIO CLUBE DE TAROUCA PARA A ÉPOCA DE 2018/2019 E APOIO LOGÍSTICO A OUTRAS ATIVIDADES

Proposta

Atentas as atribuições do Município na área do desporto (alínea d) do nº 2 do art. 7º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09), a Câmara Municipal tem vindo a apoiar as associações desportivas locais, no pressuposto de que a sua atividade é indispensável à promoção da prática desportiva e na ocupação dos tempos livres, em especial dos mais jovens. É publicamente reconhecido o mérito das atividades que têm vindo a ser desenvolvidas pelo Ginásio Clube de Tarouca, nomeadamente através da escola de andebol, evidenciado nos resultados positivos obtidos na época desportiva finda, nos vários escalões etários.

Em 2018/2019, o Ginásio Clube terá: duas equipas (bâmbis e minis masculinos) a disputarem os respetivos campeonatos regionais e três equipas (infantis, iniciados e juvenis masculinos) a disputarem os respetivos Campeonatos Nacionais.

A participação nestas provas desportivas contribui não só para a ocupação dos tempos livres dos mais novos, como é também um factor de promoção do desenvolvimento local, dado o impacto da divulgação do concelho em todo o País.

Finalmente, é também de salientar que este projeto abrange crianças e jovens de todas as freguesias do concelho.

O Ginásio Clube de Tarouca, por carta datada de 25 de julho findo, solicitou-nos a atribuição de um subsídio para o desenvolvimento do seu projeto, cujo plano anexam.

Neste contexto,

Proponho a V.Excias, que nos termos do disposto na alínea p) do n° 1 do art. 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, esta Câmara Municipal continue a apoiar as atividades desportivas desta Associação, por serem de interesse municipal e delibere atribuir ao Ginásio Clube de Tarouca um subsídio no montante total de **€ 15.000,00 (quinze mil euros)**, a transferir em dez prestações mensais de igual valor de **€ 1.500,00 (mil e quinhentos euros)**, destinado a despesas com a época desportiva de 2018/2019 (modalidade de andebol), entre 1 de setembro de 2018 e 30 de junho de 2019, o qual será pago mediante a apresentação de relatório mensal, contendo a indicação das atividades desenvolvidas, despesas efetuadas e receitas obtidas. Mais proponho que seja deliberado, no âmbito desta atividade e para a época desportiva de 2018/2019:

a) conceder ao Ginásio Clube de Tarouca a isenção do pagamento das taxas previstas nos n°s 2, 3 e 5 do artigo 84° da referida Tabela, referentes à utilização do pavilhão multiusos de Tarouca e do pavilhão do Centro Escolar, quando no âmbito das atividades desportivas propostas e objeto de protocolo, ao abrigo da alínea a) do n°2 do artigo 5° do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, publicado no DR, 2ª série, n°135, de 14.07.2010, com a alteração publicitada por edital n° 272/2012, no DR, 2ª série, n° 53, de 14.03.2012; e b) facultar-lhe o transporte, em viatura municipal ou de entidade externa, das equipas e elementos de apoio para participação nas provas desportivas agendadas, de acordo com critérios de economia, eficácia e eficiência.

Por fim, proponho a aprovação da minuta do contrato-programa que se anexa.

Mais proponho, que, na época desportiva de 2018/2019, lhe seja facultado o transporte, dos grupos de HIP-HOP e de Zumba e a concessão de isenção do pagamento das taxas devidas pela utilização do pavilhão do Centro Escolar para a realização das respetivas aulas, nas condições atrás indicadas.

Tarouca, 1 de agosto de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, continuar a apoiar as atividades desportivas desenvolvidas pela Associação Ginásio Clube de Tarouca, por serem de interesse municipal e, para esse efeito, atribuir-lhe um subsídio no montante total de **€ 15.000,00 (quinze mil euros)**, a transferir em dez prestações mensais de igual valor de **€ 1.500,00 (mil e quinhentos euros)**, destinado a despesas com a época desportiva de 2018/2019 (modalidade de andebol), entre 1 de setembro de 2018 e 30 de junho de 2019, o qual será pago mediante a apresentação de relatório mensal,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018/08/14

CÂMARA MUNICIPAL

contendo a indicação das atividades desenvolvidas, despesas efetuadas e receitas obtidas.

Foi ainda deliberado por unanimidade, no âmbito desta atividade e para a época desportiva de 2018/2019:

- a) conceder ao Ginásio Clube de Tarouca a isenção do pagamento das taxas previstas nos n.ºs 2, 3 e 5 do artigo 84.º da referida Tabela, referentes à utilização do pavilhão multiusos de Tarouca e do pavilhão do Centro Escolar, quando no âmbito das atividades desportivas propostas e objeto de protocolo, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, publicado no DR, 2.ª série, n.º 135, de 14.07.2010, com a alteração publicitada por edital n.º 272/2012, no DR, 2.ª série, n.º 53, de 14.03.2012; e
- b) facultar-lhe o transporte, em viatura municipal ou de entidade externa, das equipas e elementos de apoio para participação nas provas desportivas agendadas, de acordo com critérios de economia, eficácia e eficiência;
- c) aprovar a minuta do contrato-programa em anexo;
- d) facultar o transporte, dos grupos de HIP-HOP e de Zumba e a concessão de isenção do pagamento das taxas devidas pela utilização do pavilhão do Centro Escolar para a realização das respetivas aulas, nas condições atrás indicadas.

PONTO 4 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MODALIDADES DESPORTIVAS PROMOVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO INTER TAROUCA PARA A ÉPOCA DE 2018/2019 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MODALIDADES DESPORTIVAS PROMOVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO INTER TAROUCA PARA A ÉPOCA DE 2018/2019

PROPOSTA

Considerando:

a) o princípio da colaboração entre as autarquias locais e as associações desportivas na promoção do desenvolvimento da atividade física e do desporto (art. 5.º, n.º 2 da Lei n.º 5/2007, de 16/01);

b) as atribuições do Município na área do desporto (alínea d) do n.º 2 do art. 7.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09), no âmbito das quais a Câmara Municipal tem vindo a apoiar as associações desportivas locais, no pressuposto de que a sua atividade é indispensável à promoção da prática desportiva e da ocupação dos tempos livres, em especial dos mais jovens;

c) a necessidade de otimizar a utilização das infraestruturas desportivas espalhadas por todo o Concelho, de modo a garantir o acesso da população em geral à prática de atividade física e desportiva;

d) que na época desportiva finda, esta associação cumpriu o contrato-programa outorgado e os objetivos fixados;

e) que o futsal é uma modalidade desportiva em crescimento, com cada vez mais adeptos a nível nacional e que de acordo com o plano de atividades para a próxima época é intenção da Associação Inter Tarouca dar continuidade à participação da equipa de seniores masculina em provas oficiais da Divisão de Honra de Futsal e na Taça de Futsal de Viseu e a realização de eventos desportivos, dirigidos ao público local e regional (Quadrangular de Futsal Cidade de Tarouca);

e) a Associação Inter Tarouca, por carta datada de 18 de julho corrente, solicitou a atribuição de um subsídio para o desenvolvimento deste projeto,

Proponho a V. Exas que, no uso da competência prevista na alínea na alínea p) do n° 1 do art. 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, esta Câmara Municipal delibere continuar a apoiar as atividades desportivas desenvolvidas pela Associação Inter Tarouca, na modalidade de futsal, na época desportiva de 2018/2019, por ser de interesse municipal e, para esse efeito, atribuir-lhe um subsídio no montante total de € 10.000,00 (dez mil euros), a transferir em dez prestações mensais de igual valor de € 1.000,00 (mil euros), no período de 1 de setembro de 2018 a 30 de junho de 2019.

O subsídio será pago mensalmente, em prestações de igual valor, mediante a apresentação de relatório, contendo a indicação das atividades desenvolvidas, despesas efetuadas e receitas obtidas.

Mais proponho que seja deliberado, para a época desportiva de 2018/2019

a) conceder à Associação Inter Tarouca a isenção do pagamento das taxas previstas nos n°s 2 e 3 do artigo 84° da referida Tabela, referentes à utilização do pavilhão multiusos de Tarouca, quando no âmbito das atividades desportivas propostas e objeto de protocolo, ao abrigo da alínea a) do n°2 do artigo 5° do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, publicado no D.R., 2ª série, n°135, de 14.07.2010, com a alteração publicitada por edital n° 272/2012, no D.R., 2ª série, n° 53, de 14.03.2012; e

b) facultar-lhe o transporte, em viatura municipal ou de entidade externa, da equipa de futebol e elementos de apoio para participação nas provas desportivas agendadas, de acordo com critérios de economia, eficácia e eficiência.

Mais proponho a aprovação da minuta do contrato-programa que se anexa.

Tarouca, 01.08.2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, continuar a apoiar as atividades desportivas desenvolvidas pela Associação Inter Tarouca, na modalidade de futsal, na época desportiva de 2018/2019, por ser de interesse municipal e,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018/08/14

CÂMARA MUNICIPAL

para esse efeito, atribuir-lhe um subsídio no montante total de € 10.000,00 (dez mil euros), a transferir em dez prestações mensais de igual valor de € 1.000,00 (mil euros), no período de 1 de setembro de 2018 a 30 de junho de 2019.

O subsídio será pago mensalmente, em prestações de igual valor, mediante a apresentação de relatório, contendo a indicação das atividades desenvolvidas, despesas efetuadas e receitas obtidas.

Foi ainda deliberado por unanimidade, para a época desportiva de 2018/2019

a) conceder à Associação Inter Tarouca a isenção do pagamento das taxas previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 84.º da referida Tabela, referentes à utilização do pavilhão multiusos de Tarouca, quando no âmbito das atividades desportivas propostas e objeto de protocolo, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 135, de 14.07.2010, com a alteração publicitada por edital n.º 272/2012, no D.R., 2.ª série, n.º 53, de 14.03.2012; e

b) facultar-lhe o transporte, em viatura municipal ou de entidade externa, da equipa de futebol e elementos de apoio para participação nas provas desportivas agendadas, de acordo com critérios de economia, eficácia e eficiência;

c) aprovar a minuta do contrato-programa em anexo.

PONTO 5 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MODALIDADES DESPORTIVAS PROMOVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO "SCT - SPORT CLUBE DE TAROUCA" PARA A ÉPOCA DE 2018/2019 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE DESPORTIVA DE FUTEBOL PROMOVIDA PELA ASSOCIAÇÃO "SCT - SPORT CLUBE DE TAROUCA" PARA A ÉPOCA DE 2018/2019

Proposta

Considerando:

a) o princípio da colaboração entre as autarquias locais e as associações desportivas na promoção do desenvolvimento da atividade física e do desporto (art. 5.º, n.º 2 da Lei n.º 5/2007, de 16/01);

b) as atribuições do Município na área do desporto (alínea d) do n.º 2 do art. 7.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09), no âmbito das quais a Câmara Municipal tem vindo a apoiar as associações desportivas locais, no pressuposto de que a sua atividade é indispensável à promoção da prática desportiva e da ocupação dos tempos livres, em especial dos mais jovens;

c) a necessidade de otimizar a utilização das infraestruturas desportivas espalhadas por todo o Concelho, de modo a garantir o acesso da população em geral à prática de atividade física e desportiva;

d) o mérito da atividade desportiva e formativa que tem vindo a ser desenvolvida pela Associação "SCT - Sport Clube

de Tarouca", a que se propõe dar continuidade na próxima época desportiva, com vários escalões de formação na modalidade de futebol (sete equipas, dos petizes aos juniores),

Proponho que, no uso da competência prevista na alínea na alínea p) do n° 1 do art. 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, esta Câmara Municipal continue a apoiar as atividades desportivas desenvolvidas pela Associação "SCT - Sport Clube de Tarouca", por serem de interesse municipal e:

1° atribuir um subsídio no montante total de **€ 17 000,00 (dezassete mil euros)**, destinado a despesas com a época desportiva de 2018/2019, a pagar em **dez** prestações no valor unitário de **€ 1.700,00 (mil e setecentos euros)**, entre 1 de setembro de 2018 e 30 de junho de 2019;

2° facultar o transporte, em viatura municipal ou de entidade externa, das equipas de futebol e elementos de apoio para participação nas provas desportivas agendadas e treinos, de acordo com critérios de economia, eficácia e eficiência;

3° isentar do pagamento da taxa prevista no artigo 84°, n°4 da Tabela de taxas e ao abrigo da alínea a) do n°2 do artigo 5° do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, publicado no D.R., 2ª série, n°135, de 14.07.2010, com a alteração publicitada por edital n° 272/2012, no D.R., 2ª série, n° 53, de 14.03.2012.

O apoio será concedido através de contrato-programa de desenvolvimento desportivo nos termos do artigo 7° da Lei n° 5/2007, de 16 de janeiro, conjugado com o disposto no artigo 8° e seguintes do Decreto-Lei n° 273/2009, de 1 de outubro.

Tarouca, 1 de agosto de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Associação "SCT - Sport Clube de Tarouca" para além de dar formação a 150 atletas, na próxima época desportiva terá equipas em mais dois escalões. Disse ainda que têm feito um bom trabalho e que não se deve descurar isso.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e continuar a apoiar as atividades desportivas desenvolvidas pela Associação "SCT - Sport Clube de Tarouca", por serem de interesse municipal e:

1° atribuir-lhe um subsídio no montante total de **€ 17 000,00 (quinze mil euros)**, destinado a despesas com a época desportiva de 2018/2019, a pagar em **dez** prestações no valor unitário de **€ 1.700,00 (mil e setecentos euros)**, entre 1 de setembro de 2018 e 30 de junho de 2019;

2° facultar-lhe o transporte, em viatura municipal ou de entidade externa, das equipas de futebol e elementos de apoio para participação nas provas desportivas agendadas e

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018/08/14

CÂMARA MUNICIPAL

treinos, de acordo com critérios de economia, eficácia e eficiência;

3º isentá-la do pagamento da taxa prevista no artigo 84º, nº4 da Tabela de taxas e ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 5º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, publicado no D.R., 2ª série, nº135, de 14.07.2010, com a alteração publicitada por edital nº 272/2012, no D.R., 2ª série, nº 53, de 14.03.2012.

O apoio será concedido através de contrato-programa de desenvolvimento desportivo nos termos do artigo 7º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, conjugado com o disposto no artigo 8º e seguintes do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;

4º aprovar a minuta do contrato-programa em anexo.

PONTO 6 - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PELA EMISSÃO DE LICENÇAS

Foi deliberado por unanimidade ratificar a isenção de pagamento de taxas pela emissão das seguintes licenças, nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 5º do Regulamento de Taxas Municipais:

a) Licença especial de ruído para a realização da festa em honra de Sta. Apolónia - Associação Social do Castanheiro do Ouro e Comissão Pró-Capela do Castanheiro do Ouro - no valor de € 32,55 (trinta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos);

b) Licença especial de ruído para a realização da festa do Emigrante e em honra de S. Tiago - Associação de Moradores de Arguedeira no valor de € 32,55 (trinta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos);

c) Licença especial de ruído para a realização do Festival "Danças do Mundo - Internacional Folk Dance Festival Vale do Varosa" - Associação Recreativa e Cultural de Dálvares "Flor do Sabugueiro". no valor de € 32,55 (trinta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos).

PONTO 7 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)

Período de 21.07.2018 a 06.08.2018

Informação nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Associação da Banda Filarmónica de Gouviães**

Total: € 493,78

Finalidade: Apoio em espécie (troféus e produtos alimentares) para a realização de Encontro de Bandas no dia 15-07-2018.

❖ **Associação de Bombos de Tarouca**

Total: € 577,49

Finalidade: Apoio em espécie (pele natural) para os Bombos da Associação.

❖ **Associação Recreativa e Cultural de Gondomar.**

Total: € 590,40

Finalidade: Apoio em espécie (bonés e t-shirts) para as atividades da Associação.

❖ **AMA - Associação de Moradores de Arguedeira**

Total: € 1.070,96

Finalidade: Apoio em espécie (troféus e medalhas), aquando da realização da IV Corrida de Carrinhos de Rolamentos.

Tarouca, 07 de agosto de 2018

O Vice-Presidente da Câmara,

a) José Damião Lopes Guedes de Melo"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 8 - FATURA DE CONSUMO DE ÁGUA EM NOME DE ARMINDA DE JESUS ALMEIDA, RESIDENTE EM VILA CHÃ DO MONTE - EMISSÃO DE NOTA DE CRÉDITO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. VICE-PRESIDENTE

Presente uma fatura de consumo de água em nome de Arminda de Jesus Almeida, residente em Vila Chã do Monte, freguesia de S. João de Tarouca, deste concelho, no valor de € 4.129,06.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que o consumidor é emigrante na Suíça, registando uma média anual de três metros cúbicos por mês e, após averiguação dos serviços, concluiu-se que provavelmente houve uma entrada de ar no contador.

Informou ainda que em face desta situação, solicitou aos serviços a emissão de nota de crédito, cobrando-se apenas dez metros cúbicos de consumo de água e a respetiva taxa de saneamento.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

PONTO 9 - AQUISIÇÃO DE 3 PRÉDIOS RÚSTICOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE TAROUCA (PARCELAS N°S 7, 6 E 6-A E 31) - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"AQUISIÇÃO DE QUATRO PRÉDIOS RÚSTICOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE TAROUCA (PARCELAS N°S 7, 6, 6-A E 31)

PROPOSTA

Tendo em vista a execução da empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca" foram encetados contactos com os proprietários dos terrenos abrangidos e negociada a respetiva aquisição amigável.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018/08/14

CÂMARA MUNICIPAL

Na sequência dessas diligências, foi já obtido o acordo amigável dos proprietários de quatro prédios rústicos, identificados nas plantas em anexo.

Assim proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência que lhe confere a alínea g) do n.º 1 do artigo 32.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09, comprar a:

a) Maria Elisa Ferreira da Costa Félix e marido, Arnaldo Félix, casados, sob o regime de comunhão geral de bens, residentes em Dálvares, 3610 Tarouca, pelo preço de € 3.000 (três mil euros) o prédio rústico, sua propriedade, de terra de cultura, sito no lugar da Lameira, localidade de Dálvares, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 750 m2, que confronta a norte com Levada, a sul com Limite da Freguesia, do nascente com Joaquim Pedro Oliveira e do poente com Joaquim Ferreira, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1839.º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 7 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca;

b) Maria Otília de Melo Oliveira Silva e marido, Acácio Silva, casados sob o regime de comunhão geral, residentes em Rua da Cerdeira, 125, Castanheiro do Ouro, 3610-103 Tarouca, pelo preço total de € 2.442,20 (dois mil e quatrocentos e quarenta e dois euros e vinte cêntimos), os seguintes bens imóveis, sua propriedade:

UM- prédio rústico de terra de cultura e seis sabugueiro, sito no lugar da Lameira, localidade de Dálvares, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 150 m2, que confronta a norte com caminho, a sul com Levada, do nascente com António de Carvalho e do poente com Manuel da Costa, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 1821º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o n.º 1018. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 6 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca, a que atribui o valor de € 495 (quatrocentos e noventa e cinco euros).

DOIS- o prédio rústico de terra de cultura e lenha dispersa, sito no lugar da Lameira, localidade de Dálvares, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 590 m2, que confronta a norte com Maria Otília de Melo Oliveira Silva, a sul com Limite da Freguesia, do nascente com António de Carvalho e do poente com Manuel da Costa, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1841 º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o n.º 1019. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 6-A da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca, a que atribui o

valor de € 1 947,20 (mil e novecentos e quarenta e sete euros e vinte cêntimos);

c) Herança aberta por óbito de Henrique Teixeira, representada pelos seus únicos herdeiros: - António Henrique Nunes Teixeira, divorciado; - José Nunes Teixeira, divorciado; Rosa Margarida Nunes Teixeira Gomes, casada com Alcídio Pereira Gomes, casados sob o regime de comunhão geral de bens; e - Paula Alexandra Nunes Teixeira Santos, casada com Rui Patrício Ferreira dos Santos, casados sob o regime de comunhão geral de bens, todos residentes em Tarouca, pelo preço de € 6.500,00 (seis mil e quinhentos euros) o prédio rústico, de terra de cultura, quatro fruteiras e trinta e cinco árvores dispersas, sito no lugar de Ponte Pedrinha, localidade de Tarouca, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 3.060 m², que confronta a norte com rio, a sul com levada, do nascente com Maria Pereira Borges e do poente com Manuel Ferreira, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 6222º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca, sua propriedade, sem distinção de parte ou direito. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 31 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca. O preço da compra e venda será pago aos herdeiros, na proporção de ¼ para cada um.

Mais proponho que me sejam conferidos poderes para outorgar as respetivas escrituras públicas de compra e venda e de imediato, de modo a permitir tomar posse do prédio, o respetivo contrato promessa de compra e venda, cuja minuta se anexa.

Por último, proponho que os encargos decorrentes da celebração das escrituras de compra e venda sejam suportados pelo Município, na qualidade de comprador, conforme previsto na lei civil, incluindo os encargos com a celebração, em simultâneo, da escritura de usucapião indispensável à outorga da escritura de compra e venda do prédio rústico a que corresponde a parcela de terreno nº 7, incluindo os documentos necessários à instrução do respetivo processo, conforme acordado com os respetivos proprietários.

Paços do Município, 2018.08.02

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e comprar a:

a) Maria Elisa Ferreira da Costa Félix e marido, Arnaldo Félix, casados, sob o regime de comunhão geral de bens, residentes em Dálvares, 3610 Tarouca, pelo preço de € 3.000 (três mil euros) o prédio rústico, sua propriedade, de terra de cultura, sito no lugar da Lameira, localidade de Dálvares, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 750 m², que



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018/08/14

CÂMARA MUNICIPAL

confronta a norte com Levada, a sul com Limite da Freguesia, do nascente com Joaquim Pedro Oliveira e do poente com Joaquim Ferreira, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1839.º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 7 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca;

b) Maria Otília de Melo Oliveira Silva e marido, Acácio Silva, casados sob o regime de comunhão geral, residentes em Rua da Cerdeira, 125, Castanheiro do Ouro, 3610-103 Tarouca, pelo preço total de € 2.442,20 (dois mil e quatrocentos e quarenta e dois euros e vinte cêntimos), os seguintes bens imóveis, sua propriedade:

UM- prédio rústico de terra de cultura e seis sabugueiro, sito no lugar da Lameira, localidade de Dálvares, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 150 m², que confronta a norte com caminho, a sul com Levada, do nascente com António de Carvalho e do poente com Manuel da Costa, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 1821º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o n.º 1018. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 6 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca, a que atribui o valor de € 495 (quatrocentos e noventa e cinco euros).

DOIS- o prédio rústico de terra de cultura e lenha dispersa, sito no lugar da Lameira, localidade de Dálvares, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 590 m², que confronta a norte com Maria Otília de Melo Oliveira Silva, a sul com Limite da Freguesia, do nascente com António de Carvalho e do poente com Manuel da Costa, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1841 º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o n.º 1019. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 6-A da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca, a que atribui o valor de € 1 497,20 (mil e quatrocentos e noventa e sete euros e vinte cêntimos);

c) Herança aberta por óbito de Henrique Teixeira, representada pelos seus únicos herdeiros: - António Henrique Nunes Teixeira, divorciado; - José Nunes Teixeira, divorciado; Rosa Margarida Nunes Teixeira Gomes, casada com Alcídio Pereira Gomes, casados sob o regime de comunhão geral de bens; e - Paula Alexandra Nunes Teixeira Santos, casada com Rui Patrício Ferreira dos Santos, casados sob o regime de comunhão geral de bens, todos residentes em Tarouca, pelo preço de € 6.500,00 (seis mil e quinhentos euros) o prédio rústico, de terra de cultura, quatro fruteiras e trinta e cinco árvores dispersas, sito no lugar de Ponte Pedrinha, localidade de Tarouca, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca,

com a área de 3.060 m², que confronta a norte com rio, a sul com levada, do nascente com Maria Pereira Borges e do poente com Manuel Ferreira, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 6222º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca, sua propriedade, sem distinção de parte ou direito. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 31 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca. O preço da compra e venda será pago aos herdeiros, na proporção de ¼ para cada um.

Foi ainda deliberado por unanimidade o seguinte:

- Conferir poderes para outorgar as respetivas escrituras públicas de compra e venda e de imediato, de modo a permitir tomar posse do prédio, o respetivo contrato promessa de compra e venda, cuja minuta se anexa;

- Suportar os encargos decorrentes da celebração das escrituras de compra e venda sejam suportados pelo Município, na qualidade de comprador, conforme previsto na lei civil, incluindo os encargos com a celebração, em simultâneo, da escritura de usucapião indispensável à outorga da escritura de compra e venda do prédio rústico a que corresponde a parcela de terreno nº 7, incluindo os documentos necessários à instrução do respetivo processo, conforme acordado com os respetivos proprietários.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10 - CONTRATO PARA A EMISSÃO DE GARANTIA BANCÁRIA A CELEBRAR COM A CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO BEIRA DOURO, CRL - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO

Presente a minuta do contrato para a emissão de garantia bancária a celebrar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, CRL, para efeitos de substituição do depósito efetuado à ordem do Tribunal Judicial de Lamego no processo judicial nº473/18.5TLMG/Expropriação, no valor de € 166 747,44, acompanhado do despacho do Senhor Presidente da Câmara.

Foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho do Senhor Presidente da Câmara de autorização da celebração do contrato, de realização da respetiva despesa, referente à comissão, no montante total previsto de € 20 843,43 (vinte mil e oitocentos e quarenta e três euros e quarenta e três cêntimos), isento de IVA e de aprovação da minuta do contrato a celebrar.

PONTO 11 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número cento e quarenta e sete, de treze de agosto corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 35.041,90 (trinta e cinco mil e quarenta e um euros e noventa cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 266.706,67 (duzentos e sessenta e seis mil e setecentos e seis euros e sessenta e sete cêntimos).

Foi tomado conhecimento.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018/08/14

CÂMARA MUNICIPAL

PONTO 12 - PROCESSO DE OBRAS Nº 26/2018, EM NOME DE DIONÍSIO FERNANDO JESUS LIBÂNIO, PARA ALTERAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO, NO LUGAR DE EIRA QUEIMADA - GOUVIÃES

Presente o processo de licenciamento de operações urbanísticas nº 26/2018, em que é requerente Dionísio Fernando de Jesus Libânio, solicitando o licenciamento das obras de alteração e ampliação de uma moradia.

Verificou-se que o presente processo vem acompanhado do despacho da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"Processo n.º 26/2018

Local: Eira Queimada - Gouviães

Titular: Dionísio Fernando Jesus Libânio

ASSUNTO: Alteração / Ampliação de um edifício de habitação
DESPACHO

No âmbito do exposto na informação do chefe da DGUA, sobre a alteração /ampliação do edifício preexistente, com parecer favorável emitido pela DRANP pela localização em RAN, será de referenciar:

1 - No que se refere ao encosto de edificações, sobre a ampliação da extensão da fachada preexistente (anterior ao PDM), será de analisar se:

As regras descritas na alínea c) do n.º 1 do artigo 26º, são aplicáveis à situação proposta - alteração/ampliação da extensão da fachada existente, com altura superior a 4 metros, nos termos do texto da referida alínea.

"c) Quando admitido o encosto de edificações e/ou na alteração da topografia natural do terreno, não pode resultar alturas de meação superiores a 4 metros, e esta nas fachadas limitada a uma extensão máxima de 10 metros, exceto nas situações de encosto existente ou a prever pela reduzida dimensão das parcelas contíguas."

Nesta disposição será de referenciar que o edifício existente, encontra-se encostado a tardoz, com altura superior a 4 metros, como preexistência, não estando assim em apreciação o ser admitido o encosto de edificações, ou a limitação da extensão de uma empena até 4 metros de altura, existente ou proposta, na matéria regulada pelo referido artigo.

2 - Sobre a alteração / ampliação do edifício de habitação existente será de aludir sobre o disposto no artigo 27º do Regulamento do PDM - Integração e transformação de preexistências, nomeadamente:

"2. Podem ser autorizadas alterações ou ampliações às referidas preexistências, que não se conformem com a disciplina instituída pelo presente Plano, sem prejuízo do artigo 25º e 26º, e nas seguintes situações cumulativas:

a) Desde que a alteração ou ampliação não tenha como efeito o agravamento das condições de desconformidade com o presente plano, e seja possível nos termos dos regimes

legais das servidões administrativas ou restrições de utilidade pública eventualmente aplicáveis ao local; ..."

Desta referência poder-se-á indicar que, a proposta não tem enquadramento no articulado da alínea c do n.º do artigo 26, não violando a referida norma, e que se circunscreve aos limites instituídos pelo artigo 40º do Regulamento do PDM - Regime de Edificabilidade em solo agrícola - passíveis de aplicação à operação proposta /edifício preexistente, nomeadamente no que se refere:

- Número máximo de pisos acima da cota de soleira: 2;

- Área máxima de construção não superior a 750 m2;

3 - A observação na informação técnica relativa a "...evitar-se situações de agravamento de eventuais direitos de vizinhos / terceiros..." considera-se de referência sobre matéria de direito privado que caberá salvaguardar pelos particulares, não sendo matéria de ordenamento do território, urbanismo e construção urbanística nos termos e efeitos do RJUE. Em causa está uma das características que a doutrina atribui a estes atos urbanísticos: a da sua submissão exclusiva a regras de direito do urbanismo, o que significa que a Administração municipal competente pela apreciação dos projetos e pela concessão das licenças e autorizações urbanísticas ou pela admissão de comunicações prévias deve apreciar os referidos projetos exclusivamente à luz das normas de direito público e não à luz de normas de direito privado relativas à realização dessas operações, designadamente, as normas do Código Civil.

E uma das consequências desta característica é a de que a licença ou autorização urbanísticas são concedidas sob reserva de direitos de terceiros. E isto é compreensível na medida em que os atos de gestão urbanística apenas regulam as relações entre a Administração e o seu titular e, por isso, não constituem, modificam ou extinguem relações jurídicas privadas, ou seja, relações entre o titular da licença ou autorização e terceiros vizinhos ou dos vizinhos entre si.

Neste contexto, proponho que esta câmara delibere sobre o projeto de arquitetura da operação urbanística proposta, nos termos do artigo 20º do RJUE, verificando o cumprimento do PDM, não sendo invocadas outros desrespeitos urbanísticos na informação técnica, sendo consideradas como admissíveis, nos termos referenciados na informação "sempre que há requalificação", em casos de clara preexistência.

Tarouca, 13 de agosto de 2018

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 23/10/2017)

a) Susana Cristina Dias Pereira

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, em resumo, informou que a pretensão do requerente visa a ampliação de um edifício existente que encosta no do vizinho; que de



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018/08/14

CÂMARA MUNICIPAL

acordo com a informação técnica há melhoria das condições de salubridade, mas solicita esclarecimento sobre a interpretação dos artigos 26º e 27º do Regulamento do PDM para futura aplicação a casos semelhantes.

Disse ainda que, após análise, em conjunto com a Chefe de Divisão da DAF, na qualidade de jurista, do artigo 26º do Regulamento do PDM, conjugado com o disposto no seu artigo 27º, conclui que a 2ª parte da alínea c) do nº1 do artigo 26º (*"não pode resultar alturas de meação superiores a 4 metros, e esta nas fachadas limitada a uma extensão máxima de 10 metros"*) não se aplica às situações de encosto existente, as quais são abrangidas pela exceção prevista na 3ª parte da citada alínea c).

Acrescentou nem o PDM, nem no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação contém norma que regulamente o encosto às fachadas existentes e a respetiva ampliação.

Concluiu propondo a aprovação da ampliação do edifício existente.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura da operação urbanística de execução das obras de alteração e ampliação de uma moradia, a que se refere o citado processo nº 28/2016.

Foi ainda deliberado por unanimidade, aprovar a seguinte interpretação à norma constante da alínea c) do nº 1 do artigo 26º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Tarouca, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 235, de 07.12.2018: a 2ª parte da alínea c) do nº1 do artigo 26º (*"não pode resultar alturas de meação superiores a 4 metros, e esta nas fachadas limitada a uma extensão máxima de 10 metros"*) não se aplica às situações de encosto existente ou a prever pela reduzida dimensão das parcelas contíguas, as quais são abrangidas pela exceção prevista na 3ª parte da citada alínea c).

PONTO 13 - CONTRATO PROMESSA DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS ENTRE O MUNICÍPIO E A SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, SA"

Presente a minuta do contrato promessa de regularização de dívidas a celebrar entre este Município e a sociedade "Águas do Norte, S.A.", de acordo com o qual é suspensa, com efeitos imediatos, a realização dos pagamentos previstos no Anexo II ao acordo de transação celebrado em 30.12.2016 e a contabilização de juros de mora relativos às faturas relativas à prestação de serviços no âmbito do sistema multimunicipal até 31.07.2018, no montante de € 620 612,04, passando a vencer, até 31.12.2018, juros convencionados ao custo marginal da dívida financeira da Águas do Norte, SA, que é atualmente igual a 3,5%.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente minuta do contrato promessa de regularização de dívidas a celebrar entre este Município e a sociedade "Águas do Norte, S.A.", com a introdução das seguintes alterações:

1º - O contrato promessa produz efeitos a partir do dia 30.08.2018;

2º - Na cláusula 5ª, incluir o seguinte:

"As faturas referidas na alínea a) da cláusula 2ª serão incluídas no acordo de alteração ao acordo em vigor, ficando suspensos os respectivos pagamentos até à data da respetiva celebração.

A referida suspensão não se prolongará para além do dia 31.12.2018."

Foi ainda deliberado por unanimidade conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar o mesmo.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Manuel de Jesus Teixeira*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

